



FAMÍLIA, ESCOLA E PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO: UMA RELAÇÃO FUNDAMENTAL NOS ANOS INICIAIS

ARTIGO ORIGINAL

VALE, Mariana Rosa de Faria do¹

VALE, Mariana Rosa de Faria do. **Família, escola e processo de alfabetização: uma relação fundamental nos anos iniciais.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano. 08, Ed. 04, Vol. 04, pp. 101-112. Abril de 2023. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/anos-iniciais>

RESUMO

Este artigo aborda a temática da alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Tem como objetivo refletir sobre a importância da interação entre a família e a escola para o processo de alfabetização de crianças nos anos iniciais do Ensino Fundamental, especialmente crianças de 6 e 7 anos. Trata-se de um estudo desenvolvido a partir da pesquisa bibliográfica, cujos resultados apontam que a família, o primeiro grupo de socialização da criança, precisa participar e integrar à escola, que deve ser um espaço de acolhimento para que a troca de saberes seja efetuada, para cumprirem seus respectivos papéis na aprendizagem significativa em um dos processos de grande marco da vida escolar, a alfabetização.

Palavras-chave: família, escola, alfabetização.

1. INTRODUÇÃO

É de indispensável relevância que se gere mais união entre escola e família, para que juntos sejam capazes de conceber pessoas mais vinculadas com o bem comum e permaneçam prontas para viver em sociedade.

Este artigo diz respeito à participação da família no processo de ensino e aprendizagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental, ressaltando que este



envolvimento, apesar de apresentar certa complexidade, garante um melhor desempenho na vida escolar do aluno.

[...] tanto a família quanto a escola desejam a mesma coisa: preparar as crianças para o mundo; no entanto, a família tem suas particularidades que a diferenciam da escola, e suas necessidades que a aproximam dessa mesma instituição. A escola tem sua metodologia e filosofia para educar uma criança, no entanto ela necessita da família para concretizar o seu processo educativo (PAROLIN, 2003, p. 99).

Com isto, a importância da estreita relação estabelecida pelas duas instituições sociais, família e escola, apontam os benefícios e o papel de cada uma diante do processo, fato que justifica a escolha do tema.

A escolha do tema abordado se deu através da observação realizada durante um estágio em uma escola municipal da rede pública de ensino do Rio de Janeiro, momento em que foi observada a diferença na aprendizagem de alunos com estímulo da família e sem nenhum incentivo. Uma vez que todas as experiências e vivências proporcionam aprendizagens que ajudam a construção do saber, a escola divide a educação com a família.

Segundo Piaget (1973, p. 27), “a criança desenvolve seu conhecimento ao passo que se relaciona com o mundo externo. Durante seu crescimento a criança passa por momentos de adaptações com as novas situações”. Assim, ao chegar ao ambiente escolar, a criança leva consigo conhecimentos adquiridos no ambiente familiar e os integra aos conhecimentos escolares.

Para Castro (2000, p. 205), a família é a “célula mater da sociedade”, pois é a primeira instituição que faz parte da vida da criança, sendo fundamental agente de socialização. Todas as vivências serão importantes para o desenvolvimento da criança e esse contato familiar proporciona um crescimento saudável, bem como a construção de valores, crenças e personalidade.

A escola é apontada como outra instituição na qual a criança estabelecerá relações com um grupo diverso, onde a formalidade na transmissão de conhecimentos



oferecerá à criança mecanismos para seu desenvolvimento intelectual, psicomotor, afetivo, dentre outros.

De acordo com as pesquisas realizadas para este artigo, a relação família-escola funciona como forte influência para o desenvolvimento da alfabetização da criança.

A parceria entre família e escola deve ser pautada no respeito mútuo, buscando sempre caminhar no mesmo sentido, oferecer segurança, estímulo e atenção necessária para uma educação de qualidade que promova o desenvolvimento do indivíduo, capacitando-o para a vida em sociedade.

Este estudo foi desenvolvido no período de março a junho de 2020 e tem como objetivo refletir sobre a importância da interação entre a família e a escola para o processo de alfabetização de crianças nos anos iniciais do Ensino Fundamental, especialmente crianças entre 6 e 7 anos.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica do tipo narrativa por meio de livros, artigos e revistas científicas, buscando citações relevantes, objetivando a reunião de informações e dados que serviram de base para a elaboração da investigação proposta a partir do tema escolhido. A seleção de autores do campo da educação que desenvolvem conceitos de família, escola e alfabetização ocorreu de forma arbitrária. Quanto aos critérios, amparam-se pontos de vista e matrizes teóricas complementares. Destaca-se como referenciais teóricos alguns autores, como Piaget, Vygotsky, Emilia Ferreiro, Magda Soares, dentre outros, além de pesquisas em livros, revistas e artigos científicos, com tema semelhante e documentos oficiais que se relacionam com a Educação.

Este artigo está organizado por esta introdução, onde se apresenta o tema, a metodologia e os autores fundamentais do estudo desenvolvido. Na sequência, há mais duas seções que abordam os desafios da relação família-escola e a importância da família no processo da alfabetização, respectivamente. Por fim, são apresentadas as conclusões do estudo e listadas as referências.



2. DESAFIOS DA RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA

A família é a primeira instituição em que a criança encontra um ambiente de referência, proteção e socialização propícios para o seu desenvolvimento, sendo os pais os primeiros educadores. Cabe ressaltar que a família tem se modificado a cada período histórico, acompanhando o desenvolvimento social, e que tais mudanças na sociedade tem afetado diretamente a estrutura, a função, a concepção, os modos de conceber aprendizagens, os costumes e os valores da família.

Osório (1996, p. 14) diz que,

[...] a família não é uma expressão passível de conceituação, mas tão somente de descrições; ou seja; é possível descrever as várias estruturas ou modalidades assumidas pela família através dos tempos, mas não defini-la ou encontrar algum elemento comum a todas as formas com que se apresenta este agrupamento humano.

O conceito “família” não é limitado em uma definição, pois pode-se apresentar em modelos variados, contando com uma diversidade no que diz respeito à multiplicidade cultural, orientação sexual e composições, tornando amplos e representativos as relações humanas que se referem à existência de uma intimidade vivenciada por seus membros nesta relação, com ou sem laços sanguíneos, como afirma Barros (2006, p. 09) “uma entidade familiar forma-se por um afeto tal – tão forte e estreito, tão nítido e persistente – que hoje independe do sexo e até das relações sexuais”.

Diante a diversidade de organizações familiares, reflete que a referência às famílias se situa em configurações familiares compostas por, pelo menos, um adulto e uma criança ou adolescente, conforme descrito na Constituição Brasileira de 1988, no Art. 226, parágrafo 4: “entende-se como entidade familiar a comunidade formada por qualquer um dos pais e seus descendentes” (BRASIL, 1988).

Na idade média, não existia diferenciação entre adultos e crianças, ambos eram considerados vistos de maneira igual, conforme destacado por Ariès (1981), as crianças eram vistas como um adulto pequeno e que “necessitavam de cuidados básicos só até conseguirem executar tudo sozinhas”, não havia sensação de família,



ou seja, não havia laços afetivos entre eles, o único objetivo era garantir os bens e ajudar-se de forma recíproca para tentar sobreviver.

O autor, ainda, aponta que:

[...] até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou à falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo. Uma miniatura otoniana do séc. XI nos dá uma ideia impressionante da deformação que o artista impunha então aos corpos das crianças, num sentido que nos parece muito distante do nosso sentimento e da nossa visão (ARIÈS, 1981, p. 17).

O autor supracitado afirma que a infância era meramente uma etapa da vida que passava rápido, e que era preciso aprender a viver entre os mais velhos para ter conhecimentos pela experiência. Nesse sentido, em todos os grupos sociais e ocorrências da época, elas ganhavam o mesmo tratamento de um adulto. A mudança deste cenário ocorreu na idade moderna, entre os séculos XVI e XVII, quando a criança passa a ser vista como alguém que necessita de cuidados e apresenta necessidades diferentes dos adultos.

Conforme ressalta Ariès (1981, p. 277), “Passou-se a admitir que a criança não estava madura para a vida, e que era preciso submetê-la a um regime especial, a uma espécie de quarentena antes de deixá-la unir-se aos adultos”. Nesse sentido, ao longo dos anos, surgem medidas que visam amparar as crianças, as conquistas de direitos, a vida social e familiar.

De acordo com a Constituição promulgada em 1988, no seu Artigo 227,

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração e opressão (BRASIL, 1988, p. 148).



A Constituição do Brasil (BRASIL, 1988), aponta o papel que a família deve desempenhar na criação e educação da criança, juntamente com a sociedade e o Estado.

A família e a escola possuem papéis distintos, porém se complementam na formação cognitiva, afetiva, social e da personalidade do ser humano. A família é responsável direto e ocupa um lugar para toda a vida na vida do indivíduo, enquanto a escola é a instituição que irá fornecer, por tempo determinado, a educação formal.

O envolvimento dos pais na educação das crianças tem uma justificativa pedagógica e moral, bem como legal [...] Quando os pais iniciam uma parceria com a escola, o trabalho com as crianças pode ir além da sala de aula, e as aprendizagens na escola e em casa passam a se complementar mutuamente (SPODEK; SARACHO, 1998, p. 167).

A relação entre a família e a escola precisa ser estreita e contínua, devendo haver uma troca mútua de informações que resultará em uma ajuda recíproca, aperfeiçoando os métodos, proporcionando uma divisão de responsabilidades (PIAGET, 2007).

A necessidade de estreitar e diminuir a distância família-escola é indiscutível, porém é evidente que, muitas vezes, a família apresenta certo desinteresse em cumprir seu papel educativo na vida do filho. Diante dessa situação, é conveniente ressaltar que:

Em tese a escola espera da família a participação efetiva em todos os aspectos, desde os cumprimentos das normas estabelecidas pela escola até o respeito, o amor, a cumplicidade e envolvimento com a educação dos filhos. Já a família espera que a escola eduque seus filhos com princípios morais, respeitar o outro, a desenvolver competências e habilidades. Entretanto, observa-se que pela transformação da sociedade e pela recorrência dos novos arranjos sociais, mudou o modo de produção, as tecnologias evoluíram, o mercado de trabalho apresenta uma nova configuração e distanciamento entre a escola e a família (SILVA *et al.*, 2006, p. 9).

A escola enfrenta diariamente desafios na tentativa de restabelecer uma relação com a família e, por vezes, se sente vulnerável ao contexto social. A maioria dos conflitos parte da delegação da educação, pois muitos pais acreditam que cabe ao professor a



função de educar e ensinar as crianças. Com isso, os professores são sobrecarregados de tarefas pela falta de parceria entre os pais e a escola. Dificuldades como essa tendem a atrapalhar o processo de ensino-aprendizagem e, conseqüentemente, o desenvolvimento escolar da criança.

As reconstruções familiares acarretam obviamente mudanças significativas no campo relacional familiar, provocando a emergência de situações sem precedentes, para as quais não há experiências prévias na evolução da família que possam servir de referência para balizar o processo de assentamento sociocultural dessas novas formas de convívio social (OSÓRIO, 1996, p. 56).

Por outro lado, há famílias que querem se envolver na educação escolar de seus filhos, porém a escola nem sempre promove momentos de interação ou está aberta para ouvir e orientá-los na busca de uma participação mais efetiva. A respeito disso, é possível a exemplificação da falta de diálogo entre pais e professores, ora por falta de planejamento de horários, ora por certa resistência por parte do educador que acaba criando certos empecilhos para a entrada efetiva dos pais na vida escolar (OLIVEIRA; MARINHO-ARAÚJO, 2010).

A partir destas colocações, é possível observar que a relação família-escola, pautada na compreensão das responsabilidades a que cada uma compete, com respeito e empatia na formação de um diálogo, constituam um alicerce em uma educação participativa com reflexões na formação do sujeito.

3. A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO PROCESSO DA ALFABETIZAÇÃO

Ferreiro (1999, p. 47), afirma que “a alfabetização não é um estado ao qual se chega, mas um processo cujo início é na maioria dos casos anterior a escola é que não termina ao finalizar a escola primária”.



O processo de aprendizagem do indivíduo ocorre por meio do contato com a realidade, com o meio e através da interação com outras pessoas, onde a aquisição de valores, habilidades e informações integram subsídios para o desenvolvimento.

O aprendizado humano pressupõe uma natureza social específica e um processo através do qual as crianças penetram na vida intelectual daqueles que as cercam (...) um aspecto crucial do aprendizado é que ele cria a zona de desenvolvimento proximal; ou seja, o aprendizado desperta processos internos de desenvolvimento, que são capazes de operar somente quando a criança interage com pessoas em seu ambiente e quando em cooperação com seus companheiros. Uma vez internalizados, esses processos tornam-se parte das aquisições do desenvolvimento independente da criança. Desse ponto de vista, (...) o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos de desenvolvimento que, de outra forma, seriam impossíveis de acontecer” (VYGOTSKY, 1989, p. 99 - 100).

Ferreiro (1996, p. 24), diz que “O desenvolvimento da alfabetização ocorre, sem dúvida, em um ambiente social. Mas as práticas sociais, assim como as informações sociais, não são recebidas passivamente pelas crianças”.

A alfabetização, aprendizagem inicial da língua escrita, é um momento significativo na vida de qualquer ser humano, por ser o sistema de escrita a linguagem estruturante que funciona como pré-requisito para o acesso a outras linguagens, além de sua apropriação ter caráter cultural e social. Em paralelo a alfabetização, temos o letramento, que corresponde ao uso da escrita e da leitura socialmente. Quanto a isso, Soares (2007, p. 39), faz uma observação:

Ter-se apropriado da escrita é diferente de ter aprendido a ler e escrever; aprender a ler e escrever significa adquirir uma tecnologia, a de codificar a língua escrita e de decodificar a língua escrita; apropriar-se da escrita é tornar a escrita ‘própria’, ou seja, é assimilar como sua ‘propriedade’.

Tendo em vista que a criança reproduz o que vivencia, a família é parte crucial na aquisição da escrita e leitura, sendo a instituição referencial ou modelo para o educando na conquista de habilidades que proporcionaram a conquista do mundo letrado. Ao criar hábitos que estimulam o incentivo à leitura e escrita no cotidiano da criança, ainda que mesmo sem saber ler ou escrever, a família contribui para a



significação deste ato no dia a dia e, conseqüentemente, mais conhecimentos essa criança terá no processo de alfabetização. Ferreiro (1999, p. 23), ressalta que:

Há crianças que chegam à escola sabendo que a escrita serve para escrever coisas inteligentes, divertidas ou importantes. Essas são as que terminam de alfabetizar-se na escola, mas começaram a alfabetizar muito antes, através da possibilidade de entrar em contato, de interagir com a língua escrita. Há outras crianças que necessitam da escola para apropriar-se da escrita.

A partir do olhar sobre a alfabetização, muito tem se questionado e mudado a respeito das práticas pedagógicas para que a alfabetização seja mais eficiente. Segundo Barbosa (2008, p. 45):

As metodologias de alfabetização evoluíram no tempo, de acordo com novas necessidades sociais que cada nova configuração exigem um novo tipo de pessoa letrada; e, ao mesmo tempo, em função do avanço do conhecimento acumulado na área da leitura e apropriação escrita e de seus processos de aquisição.

A Educação Básica Brasileira é organizada através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, a qual institui o direito à educação e a obrigatoriedade de inscrição de crianças dos quatro aos dezessete anos de idade. Com a Lei 11.274/06, o Ensino Fundamental passa por uma ampliação para nove anos. Dessa forma, a criança com 6 anos de idade precisa estar matriculada no primeiro ano do Ensino Fundamental (BRASIL, 2006).

O Ensino Fundamental de nove anos tem por objetivo o desenvolvimento da criança para assegurar a formação de cidadão, mediante o desenvolvimento da aprendizagem, compreensão dos ambientes que integram a sociedade, a aquisição de conhecimentos e habilidades, os valores e atitudes para uma visão crítica de mundo, assim como o fortalecimento dos vínculos familiares, solidariedade e tolerância (BRASIL, 2010).

Através das legislações que discorrem sobre a educação e família, é inegável o dever desta em formar seus filhos para a vida, levando-os a construir suas primeiras responsabilidades perante a sociedade na qual se está inserido. Nesse esteio, a



Política Nacional de Alfabetização (PNA), instituída pelo Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, ressalta o trabalho coletivo entre famílias, professores, escolas, redes de ensino e poder público como sendo o caminho para elevar a qualidade da alfabetização (BRASIL, 2019).

O Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, enumera os agentes envolvidos na PNA:

Art. 7º São agentes envolvidos na Política Nacional de Alfabetização:

I - professores da educação infantil;

II - professores alfabetizadores;

III - professores das diferentes modalidades especializadas de educação;

IV - demais professores da educação básica;

V - gestores escolares;

VI - dirigentes de redes públicas de ensino;

VII - instituições de ensino;

VIII - famílias; e

IX - organizações da sociedade civil (BRASIL, 2019).

Muitos documentos têm alterado os rumos da alfabetização e, conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a alfabetização das crianças passa a ocorrer até o segundo ano do Ensino Fundamental, entre os 6 e 7 anos de idade, o que antes era realizado até o terceiro ano do Ensino Fundamental, ou seja, aos 8 anos de idade da criança (BRASIL, 2017).

A BNCC, ao tratar do processo de alfabetização, afirma que

[...] é preciso que os estudantes conheçam o alfabeto e a mecânica da escrita/leitura – processos que visam a que alguém (se) torne alfabetizado, ou seja, consiga “codificar e decodificar” os sons da língua (fonemas) em material gráfico (grafemas ou letras), o que envolve o desenvolvimento de uma consciência fonológica (dos fonemas do português do Brasil e de sua



organização em segmentos sonoros maiores como sílabas e palavras) e o conhecimento do alfabeto do português do Brasil em seus vários formatos (letras imprensa e cursiva, maiúsculas e minúsculas), além do estabelecimento de relações grafofônicas entre esses dois sistemas de materialização da língua (BRASIL, 2017, p. 87-88).

Com as alterações no processo de alfabetização, dentre elas a redução de ano para que esta ocorra, é inegável a necessidade do alinhamento da relação entre a escola e a família para que a criança se sinta estimulada e incentivada para adquirir as habilidades necessárias de escrita e leitura, de forma que ocorra tudo como desejado em torno do processo.

4. CONCLUSÃO

Esta pesquisa, desenvolvida por meio de um estudo bibliográfico, abordou a participação da família na aquisição da língua escrita nos anos iniciais do Ensino Fundamental e tratou sobre a interação da família com a escola para o desenvolvimento do processo de alfabetização da criança. Abordou, também, o conceito de infância e sua relação com a sociedade no âmbito educacional.

Diante do estudo realizado, conclui-se que a família é um elemento fundamental e indispensável na vida escolar da criança, sendo responsabilidade deste grupo social atuar nos cuidados com os filhos referentes à saúde, à alimentação, à higiene e, especialmente, a educação. O que um dia já foi negligenciado, no momento histórico em que a criança era vista como um “adulto em miniatura”, hoje em dia, com raras exceções, tem se dedicado, de forma muito significativa, para a contribuição do desenvolvimento integral da criança.

A família carrega o atributo de referencial, por ser o primeiro grupo de socialização que a criança faz parte e que, através dessa convivência, são lhe fornecido os fundamentos primários para a vida inteira, ou seja, o que a criança pensa ou faz é baseado em suas vivências no ambiente familiar.

A conscientização da família de seu papel no processo de alfabetização como parceira da escola é de suma importância para que o ensino-aprendizagem seja realizado de



forma significativa, visando o desenvolvimento da criança. A família e a escola trabalhando juntas em prol ao incentivo e estímulo necessário para a autoestima da criança resulta em um bom desenvolvimento, desempenho e crescimento na aprendizagem.

Transformar a alfabetização em um conhecimento significativo é papel da escola e da família, sendo possível através de uma relação de cooperação e respeito.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BARROS, Sérgio Resende de. A tutela constitucional do afeto. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Coord.). **Família e dignidade humana**. Belo Horizonte: IBDFAM - Anais do V Congresso Brasileiro de Direito de Família, 2006.

BARBOSA, José Venâncio. **Alfabetização e leitura**. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. **Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006**. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Presidência da República, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11274.htm. Acesso em: 22 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Base Nacional Comum Curricular**. Secretaria de Educação Básica e Conselho Nacional de Educação. Brasília: SEE/CNE, 2017.

BRASIL. **Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019**. Institui a Política Nacional de Alfabetização. Presidência da República, 2019. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/71137476/do1e-2019-04-11-decreto-n-9-765-de-11-de-abril-de-2019-71137431. Acesso em: 02 mai. 2020.

BRASIL. **Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010**. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Presidência da República, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf. Acesso em: 02 mai. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.



CASTRO, Celso Antônio Pinheiro De. **Sociologia geral**. São Paulo: Atlas, 2000.

FERREIRO, Emília. **Alfabetização em Processo**. São Paulo: Cortez, 1996.

FERREIRO, Emília. **Com Todas as Letras**. São Paulo: Cortez, 1999.

OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista de; MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria. A relação família-escola: intersecções e desafios. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 27, n.1, p. 99-10., jan. /mar. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2010000100012>. Acesso em: 22 abr. 2023.

OSÓRIO, Luiz Carlos. **Família Hoje**. Porto Alegre: Artmed, 1996.

PAROLIN, Isabel. **As dificuldades de aprendizagem e as relações familiares**. Fortaleza: Educar Soluções, 2003. 4 DVDs.

PIAGET, J. **Psicologia e Epistemologia**. Rio de Janeiro: Forense, 1973.

PIAGET, Jean. **Para onde vai a educação**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2007.

SILVA, Nelci de Cássia Prado. *et al.* **Interação Escola-Família**. Monografia (Especialização) Instituto JAPI de Ensino Superior. Jundiaí, 2006.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 4ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SPODEK, Bernard; SARACHO, Olívia N. **Ensinando crianças de 3 a 8 anos**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

VYGOTSKY, Lev. **Formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

Enviado: 10 de Abril, 2023.

Aprovado: 21 de Abril, 2023.

¹ Pós-graduação lato sensu em Formação de Docentes; Pós-graduação lato sensu em Gestão Escolar; Graduação em Pedagogia. ORCID: 0009-0008-5830-5591.